

Descaminhos

Raul Pilla

NÃO parece que a França tome agora pelo verdadeiro caminho, não obstante bem conhecido seja êle. Tendo sempre alimentado, por motivos históricos, grande desconfiança em relação ao poder pessoal do presidente da República, os franceses nunca praticaram o sistema parlamentar verdadeiro, que se caracteriza pelo equilíbrio entre o poder executivo (conselho de ministros) e o poder legislativo, e pela solução final dos seus conflitos mediante consulta à Nação (dissolução do parlamento). O que tiveram, tanto na Terceira, como na Quarta República, foi uma modalidade de governo convencional ou de assembleia, com todos os seus inconvenientes, e, entre êles, o mais impressionante de todos — a instabilidade ministerial. Tendo agora de fazer a reforma constitucional sob a pressão do levante militar da Argélia, era natural que chegassem ~~agora~~ à solução de que sempre os afastara o temor do poder pessoal — o sistema parlamentar clássico, tal como, com leves variantes, se pratica na Inglaterra e nos países do Continente Europeu. Assim o indicavam os seus mais autorizados publicistas, que outra coisa não queriam significar, quando falavam em fortalecer o poder executivo, realmente muito débil, em França, quando comparado com os dos demais países parlamentaristas, onde o gabinete tem sempre a respaldá-lo a opinião pública, que facilmente se pode consultar. Ninguém pensava, a não ser o general De Gaulle e alguns outros autoritários, em recair no excesso oposto, adotando uma fórmula presidencialista.

Era, pois, natural a solução parlamentarista, mas nada fácil, dadas as anormais condições em que se faria a reforma. Tão natural era, que um momento houve, em que parecia haver de prevalecer, e eu mesmo calei as minhas restrições ao homem forte de França: êle parecia haver compreendido a natureza do problema. Agora, porém, em face do projeto governamental e das cautelosas restrições da comissão meramente consultiva, presidida por Paul Reynaud, ressurgem tôdas as dúvidas. O que o general De Gaulle pretende instituir ditatorialmente é pior, do que o presidencialismo, por ser deturpação presidencialista do parlamentarismo, e é muito pior, do que tem sido a sua deturpação convencional. Isto veremos em outros comentários.

E' pena que tal aconteça. Pena, em primeiro lugar, pela França, para a qual se terá aberto um novo ciclo de distúrbios revolucionários; pena, em segundo lugar, pelos países, como o nosso, urgentemente necessitados de reformar as suas instituições políticas e que, na poderosa sugestão francesa, poderão encontrar novos descaminhos.